

PETIÇÃO Nº 13.039 - SP (2019/0302547-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
REQUERENTE : **ADER HENRIQUE MENDES**
ADVOGADOS : **EVANDRO CAMILO VIEIRA - SP237808**
: **WAGNER LINARES JUNIOR - SP339185**
REQUERIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de petição por meio da qual ADER HENRIQUE MENDES requer a concessão de efeito suspensivo a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0000789-53.2017.8.26.0050), cuja ementa, na parte que interessa, é a seguinte (e-STJ fls. 95/97):

PENAL. APELAÇÃO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO. RECURSOS DEFENSIVOS.

[...]

3) Dosimetria. A) Decisão que merece reparo na primeira fase do cálculo. Excesso verificado. Observância da Súmula 444 do C. STJ. Reparos efetuados, com redução. Parcial provimento para tanto. Na segunda etapa, incogitável a aplicação da atenuante da confissão, em razão da confissão informal do acusado ADER. B) Aplicação da minorante prevista no art. 33. §4º. da Lei nº 11.343/06. Impossibilidade. Elementos que demonstram que os réus se dedicavam às atividades criminosas, em especial ao tráfico de drogas, indicando habitualidade. Impedimento do benefício.

[...]

Parcial provimento.

Sustenta que, embora a quantidade dos entorpecentes apreendidos seja parâmetro idôneo para modular a fração redutora do tráfico privilegiado, tal circunstância isolada não pode justificar o afastamento da aplicação do art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006. Requer, assim, a suspensão dos efeitos da decisão recorrida, inviabilizando a execução provisória da pena até o

julgamento final do recurso principal.

O pretendido efeito suspensivo foi indeferido.

É o relatório. **Decido.**

O Recurso Especial n. 1.850.691/SP, do qual o presente pedido de tutela é incidental, foi julgado monocraticamente.

Na oportunidade, o recurso especial foi provido para aplicar o benefício do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, no patamar de 1/6, redimensionando a pena do acusado para 4 anos e 2 meses de reclusão e pagamento de 416 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação.

A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, uma vez apreciado o recurso a cujo efeito suspensivo se visa atribuir, fica prejudicada a medida cautelar.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NA MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. PERDA DE OBJETO DA CAUTELAR.

1. O julgamento do recurso especial enseja a perda de objeto da medida cautelar que visa atribuir-lhe efeito suspensivo, sendo desnecessário o trânsito em julgado da decisão proferida no principal.

2. Agravo não provido. (AgInt no AgRg na MC 24.374/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 24/03/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO A ARESP. SUPERVENIENTE JULGAMENTO. PERDA DO OBJETO.

I - A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, uma vez apreciado o recurso cujo efeito suspensivo se visa atribuir, fica prejudicada a medida cautelar.

II - O agravo em recurso especial cuja presente medida cautelar é dependente foi apreciado em 27/5/2016. Na oportunidade, conheci do agravo, para dar parcial provimento ao recurso especial fixando o regime aberto para o início do cumprimento da pena imposta ao agravante.

III - Agravo regimental prejudicado. (AgInt na MC 25.653/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA

TURMA, julgado em 20/09/2016, DJe 26/09/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. PROPOSITURA PARA ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO E OBJETO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO SIMULTÂNEO. CARÊNCIA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL.

I - O processo cautelar tem por finalidade garantir a eficácia da prestação jurisdicional pretendida no processo principal, e sua utilidade não se sustenta em face da solução da lide que o originou.

II - Em demanda na qual se objetiva a atribuição de efeito suspensivo a Recurso Especial não admitido e objeto de Agravo em Recurso Especial, o julgamento deste enseja a carência superveniente do interesse processual. Precedentes.

III - Agravo regimental prejudicado. (AgRg no AgRg na MC 22.398/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. EXTINÇÃO SEM APRECIÇÃO DO MÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL. PREJUDICIALIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO SUPERVENIENTE. PEDIDO DESPROVIDO.

1. Quando o agravo em recurso especial ao qual se pretendeu dar efeito suspensivo não foi provido, fica prejudicado o regimental interposto contra decisão que extinguiu a medida cautelar sem apreciação do mérito.

2. Agravo regimental que se julga prejudicado. (AgRg na MC 21.321/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 02/02/2015).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do STJ, **julgo prejudicado** o pedido da presente petição.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator